



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local Mídia Impressa**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quarta-feira, 1 de agosto de 2012**

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO Duas rodas .....	2
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil .....	3
JORNAL DO COMMERCIO Microservice e Videolar se unem no PIM .....	4
JORNAL DO COMMERCIO Microservice e Videolar se unem no PIM (continuação) .....	5
JORNAL DO COMMERCIO Produtores rurais ganham qualificação .....	6
JORNAL DO COMMERCIO Governo confirma estímulo ao setor .....	7
A CRITICA IMPORTAÇÕES .....	8
A CRITICA Sindifisco decide rumos da greve .....	9
A CRITICA Governo adia negociação .....	10
A CRITICA Amazonas Rural (II) .....	11
AMAZONAS EM TEMPO Grevistas acusam governo de tentar desmobilizá-los .....	12
AMAZONAS EM TEMPO Estímulo ao crédito para 'ajudar' polo de duas rodas .....	13
AMAZONAS EM TEMPO Agropecuários .....	14
DIÁRIO DO AMAZONAS Senado e Câmara divulgam salários de servidores, mas sem nomes .....	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Ministério Público do Trabalho tem 130 procedimentos contra sindicatos .....	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Crise do consumo fez Estado receber menos estrangeiros para o PIM .....	17
DIÁRIO DO AMAZONAS Rápidas .....	18

CAPA

# Fusão é caminho para sobrevivência no PIM

**A** criação da empresa AMZ Mídia Industrial, resultado da fusão entre as áreas de mídias pré-gravadas das empresas Microservice e Videolar, ambas localizadas no PIM, foi o caminho encontrado para a sobrevivência do setor de CDs e DVDs afetados em Manaus pelos efeitos da chamada PEC da Música. Integrantes do polo de meios magnéticos e fonográficos do Amazonas, juntas, elas vão produzir e distribuir CDs, DVDs e Blu-rays para atender principalmente o mercado interno brasileiro. A união é avaliada pelo Sindmaf-AM como uma das ferramentas para fortalecer o segmento e combater a crise.

## Duas rodas

# Mantega diz que pacote vai estimular o crédito

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que o governo mantém a intenção de adotar medidas para estimular o setor de motocicletas, principalmente no estímulo ao crédito para ampliar as vendas.

"Estamos trabalhando no sentido de voltar a estimular o crédito para motos. Estamos estudando medidas que vão estimular a retomada de vendas", disse.

**Página A7**



## Frente & Perfil

### -Inovação

Diante da crise do PIM os pequenos e micro empresários estão apostando na inovação e diversificação dos negócios. Para incentivar essa prática a Confederação Nacional da Indústria, por meio do Senai, quer implantar o projeto Mobilização para Elevação do Grau de Inovação em 300 empresas nos Estados do Amazonas e Roraima. As próximas ações do projeto estão previstas para os dias 9 e 28 de agosto. Informações no Senai.

## Microservice e Videolar se unem no PIM

No último dia 18, foi publicado no DOU (Diário Oficial da União) a criação da empresa AMZ Mídia Industrial, resultado da fusão entre as áreas de mídias pré-gravadas das empresas Microservice e Videolar, ambas localizadas no PIM.

Integrantes do polo de meios magnéticos e fonográficos do Amazonas, juntas, elas vão produzir e distribuir CDs, DVDs e Blu-rays para atender principalmente o mercado interno brasileiro.

A união é avaliada pelo Sindmaf-AM (Sindicato das Indústrias de Meios Magnéticos e Fonográficos do Estado do Amazonas) como uma das ferramentas para fortalecer o segmento e combater a crise da indústria de mídias amazonsense.

O presidente do sindicato, Amauri Carlos Blanco, considera a consolidação entre as empresas como um movimento natural.

"O segmento já enfrenta fortes desafios, principalmente a pirataria e as mudanças nas formas de se consumir entretenimento e acessar os conteúdos de música e vídeo. A consolidação é natural neste setor".

Segundo ele, estas ações asseguram a manutenção da escala de produção e reforçam os investimentos necessários em tecnologia.

Em nota, a assessoria responsável pela empresa informou que a AMZ Mídia terá participação igualitária das duas companhias.

"Ambas as empresas fizeram significativos investimentos nos últimos 20 anos, demonstrando seu comprometimento com a indústria fonográfica e audiovisual. O objetivo da fusão é contribuir para a manutenção dos investimentos em tecnologia e aprimoramento de processos que são essenciais no segmento e, com isso, possibilitar a continuidade neste mercado", disse o comunicado.

### Desafios

Continuar no mercado, aliás, tem sido o desafio tanto das empresas de bens finais quanto das fábricas componentistas



que atendem o setor.

Para Amauri Blanco, os principais problemas são decorrentes da própria conjuntura econômica que tem desacelerado a produção industrial em todos os segmentos.

A situação do polo é agravada pelo processo de aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) n. 123/11, a PEC da Música, que, desde o ano passado preocupa os fabricantes.

Em entrevista anterior ao *Journal do Commercio*, ele defendeu que instituir isenção de impostos sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil - objetivo da PEC - esgota qualquer vantagem tributária das empresas instaladas no PIM.

"Se aprovada, a PEC pode ser mortal para os fabricantes de mídias digitais instalados no PIM", disse, na ocasião.

### Alternativas

Uma das alternativas já buscadas pelos fabricantes tem sido o investimento em linhas diversificadas de produtos.

A nota da AMZ destaca que tanto a Microservice quanto

a Videolar atuam em outras áreas de negócios em diferentes mercados. "A Videolar, por exemplo, investe a anos na área de plásticos industriais como resinas e BOPP (polipropileno biorientado)".

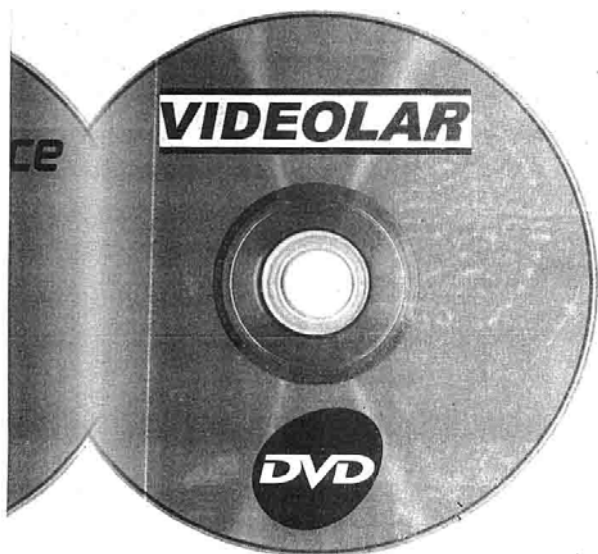
Mesmo com as dificuldades, Amauri Blanco disse acreditar em um segundo semestre melhor em função dos lançamentos que em sua maioria se concentram nesta época, além do aumento de vendas natural até o final de ano.

A Seplan-AM (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas) informou que o projeto da AMZ Mídia para a produção de mídias está sob a denominação 'Ad Referendum', ou seja, com aprovação pendente.

Por este motivo, informações de mão de obra empregada e investimentos não foram divulgados.

O projeto vai compor a próxima pauta do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas). A reunião está prevista para o dia 29 de agosto.

## Microservice e Videolar se unem no PIM (continuação)



Dados

Por dentro

### POLO DE MEIOS MAGNÉTICOS

➤ Segundo dados do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), o preço para se produzir uma mídia no PIM é inferior a R\$ 3, incluindo o transporte.

➤ De acordo com os dados oficiais recentes da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o polo de CDS e DVDs gerou um faturamento de US\$ 1,2 bilhão em 2010.

➤ Atualmente, o segmento emprega cerca 7 mil funcionários (3 mil na fabricação e 4 mil nas indústrias de componentes ligadas ao segmento).

➤ A ZFM detém 98% da indústria fonográfica e de vídeo.

“  
**O objetivo da fusão é contribuir para a manutenção dos investimentos**  
”

Comunicado da assessoria da AMZ Mídia

### PEC DA MÚSICA

➤ A PEC da Música foi aprovada na audiência pública em Brasília pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), com votos favoráveis de 94,05% dos deputados federais. O texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

➤ A PEC concede isenção tributária do ISS (Imposto Sobre Serviços) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a produção de CDs e DVDs de artistas brasileiros, reduzindo em 25% o preço final do produto, medida que se justifica como combate à pirataria no país.

O temor dos fabricantes instalados no PIM é de que a isenção provoque um deslocamento do parque produtivo de Manaus para outras regiões do país, como o eixo Rio-São Paulo, que concentra 80% dos consumidores desses produtos.



## Produtores rurais ganham qualificação

*Sebrae e Senar buscam qualificar trabalhadores para estimular o pequeno e o grande empreendedor rural no Amazonas*

Emyle Araújo  
Especial para o JJC

**M**ais de 550 propriedades rurais em 22 municípios do Amazonas devem ser beneficiadas com o programa de qualificação Negócio Certo Rural. Lançado nesta semana como parceria entre o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o projeto pretende qualificar produtores rurais que serão divididos em 30 turmas até o final de 2012.

De acordo com o diretor-técnico do Sebrae no Amazonas, Maurício Seffair, a iniciativa tende a estimular o pequeno e o grande empreendedor rural. "Os negócios tendem a serem mais promissores quando se tem noções mais abrangentes de gestão", diz. Em dois anos, o programa formou 44 turmas e 766 propriedades foram reorganizadas.

Com duração de 36 horas, o superintendente do Senar-AM, Aécio Filho, explica que o curso se divide em duas etapas: 30 horas em sala de aula e seis horas

de consultoria especializada. Nesta segunda fase, os instrutores oferecerão um panorama atual sobre cada propriedade e as opções de novos investimentos, visando a potencialidade da região a partir da realidade local e a elaboração de um plano de negócios. "A ideia é capacitar os moradores para que eles possam atuar na transformação da comunidade ribeirinha", conta Aécio Filho.

O presidente do Senar-AM,

**Segundo o Senar, o programa atua como um instrumento poderoso que vai até a ponta onde está o produtor**

Muni Lourenço, ressalta que o Negócio Certo Rural tornou-se indispensável para o setor primário no Estado. "Com o desenvolvimento da agricultura, por exemplo, deixamos de depender de outros Estados e geramos mais emprego", explica o representante.

Segundo ele, o programa atua como um instrumento poderoso que vai até a ponta onde está o produtor. "Foi através do programa que produtores se capacitaram e deixaram de produzir com amadorismo", diz.



Foto: Walter Mendes

*Intenção dos responsáveis é alcançar uma melhor qualidade nos produtos e serviços para diminuir a dependência de outros mercados*

## Governo confirma estímulo ao setor

Ministro Guido Mantega afirmou ontem que meta é voltar a estimular o crédito para moto para ampliar vendas

O governo mantém a intenção de adotar medidas para estimular o setor de motocicletas, segundo afirmou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele disse que o setor já tem redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), mas houve retração na oferta de crédito.

“No caso das motos, falta financiamento. Os bancos reduziram os créditos em financiamentos e têm receio, principalmente no caso das motos. Estamos trabalhando no sentido de voltar a estimular o crédito para motos. Estamos estudando medidas que vão estimular a retomada de vendas”, disse Mantega.

O conjunto de benefícios – que deve incluir desoneração de tributos federais e estaduais e a inclusão de um banco oficial na concessão de crédito para a compra de motocicletas – deve dar novo fôlego ao segmento ainda este ano, mas será insuficiente para reverter as perdas do primeiro semestre de 2012 no PIM. A meta de US\$ 41 bilhões de faturamento atingida no ano passado, dificilmente será superada, de acordo com a avaliação de representantes da indústria no Amazonas.

Segundo os indicadores mais recentes da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), a redução do faturamento foi de 17,6% em maio, com US\$ 2,99 bilhões e



Foto:Walter Mendes

Foram 11.127 motos vendidas neste ano contra as 11.524 unidades comercializadas no primeiro semestre de 2011

de 8,64%, com os US\$ 14,97 bilhões acumulados nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2011.

De acordo com o levantamento do Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), as fábricas de duas rodas já desligaram 1715 trabalhadores no primeiro semestre deste ano, tendo o maior número

de rescisões partida da Moto Honda (com 886 desligamentos, crescimento de 86,13% sobre o mesmo período de 2011).

No total, as homologações das indústrias do PIM somam 12.787 demissões representam praticamente o dobro (+92,86%) dos desligamentos de igual período do ano passado.

### Cenário atual

De acordo com a Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares), no primeiro semestre, a produção de motocicletas no Amazonas já caiu 10,26% com 967.901 mil unidades contra 1,078 milhão de motos em igual período do ano passado.

Todos os principais fabricantes instalados no PIM viram sua produção desacelerar durante o período. Ainda segundo a Abraciclo, a Moto Honda (responsável por 80,27% do total fabricado no país), registrou queda de 8,10% no acumulado do ano, quando 776.931 unidades saíram das fábricas. No ano passado, no mesmo intervalo,

845.495 motos foram fabricadas.

Mesmo sem os dados fechados do semestre, os indicadores da Suframa mostram que o recuo na atividade industrial refletiu no faturamento das empresas que, com US\$ 3,33 bilhões de faturamento nos cinco primeiros meses do ano, anotaram retração de segmento foi de 10,37% frente ao acumulado do ano anterior.

Já nas lojas, apesar das dificuldades de concessão de crédito por parte das instituições bancárias, o empenhamento do produto, conforme informou a Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos de Veículos Automotores), caiu apenas 3,44% no acumulado o ano. Foram 11.127 motos contra as 11.524 unidades comercializadas no primeiro semestre de 2011.

### Autopeças

O ministro comentou sobre a situação do setor de autopeças, que passa por dificuldades. Segundo Mantega, a partir de agosto, o setor vai começar a se beneficiar com a desoneração da folha de pagamentos, o que deverá reduzir os custos para as empresas do setor. “[Com isso, esperamos que] a situação vá se reverter”.

Além do setor de autopeças, outros 14 setores também passarão a se beneficiar com a desoneração da folha de pagamentos a partir de amanhã.



## IMPORTAÇÕES

# Inspetor descarta fraude

Mercadorias caíram na “malha fina” da Receita, porém não se confirmou suspeita de irregularidade, segundo inspetor do porto

**RENATA MAGNENTI**

renatamagnenti@acritica.com.br

Mais de uma carga de importação caiu na fiscalização da Receita Federal sob a suspeita de quebra do Processo Produtivo Básico (PPB), segundo o inspetor-chefe do Porto da Receita Federal, Osmar Félix de Carvalho. O fato aconteceu no Porto Chibatão e em outro recinto portuário, entretanto, vistorias descartaram a possibilidade de irregularidades e as investigações foram encerradas. Para representantes da indústria, só o fato de trazer a discussão à tona denigre o modelo Zona Franca.

O inspetor do Porto afirmou que recentemente auditores desconfiaram da quebra do PPB de algumas cargas. “As informações foram cruzadas, fizemos vistorias e as suspeitas não se confirmaram”, disse. O fato aconteceu em mais de um porto, porém, Osmar só confirmou o ocorrido no Porto Chibatão. Devido a sigilo fiscal, não deu mais

**Sai na malha**

**Processos**

De acordo com o Sindifisco, se os inspetores aceitarem a convênio de substituição dos grevistas por analistas ou auditores estaduais serão processados criminalmente pelo sindicato por usurpação de função e descumprimento de legislação do serviço público. Caso não aceitem o convênio apresentado pela Receita, poderão responder administrativamente. Eduardo Toledo disse ainda que os inspetores estão sendo pressionados pela superintendência da Receita Federal.

detalhes e não revelou que tipo de mercadoria foi fiscalizada.

Na última segunda-feira, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindifisco-AM), Eduardo Toledo,



Denúncia feita pelo presidente do Sindifisco, Eduardo Toledo, diz que fato aconteceu no Porto Chibatão e em outro porto

trouxo o caso a público e informou que a mercadoria sob suspeita foi de componentes de televisores LCD. “Se o auditor disse isso é ele quem tem que comprovar a afirmação, não eu”, afirmou Osmar.

O responsável pela Receita na área portuária disse ainda que com a Portaria 260 o trabalho de fiscalização será mantido normalmente. “Continuaremos fazendo nosso trabalho, já que a determinação referente aos ca-

nais verde, amarelo e vermelho são definidas por parâmetros nacionais, justamente para ser impessoal”, destacou.

Na avaliação do vice-presidente da Federação das Indústrias do estado do Amazonas

(Fieam), Nelson Azevedo, trazer a público uma suspeita que não se confirmou só estimula que o modelo seja visto de maneira ruim. “Já vivemos sob o fogo cruzado em relação aos demais Estados brasileiros e esse fato nos entristeceu. Se os auditores têm problemas com o Governo por conta do Decreto 7.777 e da Portaria 260 não devem agir contra a indústria”.

Nelson disse também que empresas sérias não descumpriram PPBs. “A Suframa e demais entidades fazem um trabalho exemplar e rigoroso para manter todo sistema Zona Franca nos eixos”, acrescentou.

O consultor econômico Martinho Azevedo pondera a situação dizendo que falta equilíbrio, planejamento e pensamento estratégico para o Brasil e para o modelo Zona Franca. Afirma ainda que essa situação contribui apenas para um marketing negativo do modelo instalado no Amazonas, não bem quisto por todos brasileiros.

Manaus, quarta-feira, 1 de agosto de 2012.

## Sindifisco decide rumos da greve

### Os mais de 180 auditores fiscais no Amazonas devem transformar paralisação parcial em greve geral

Hoje as delegacias sindicais filiadas ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do País (Sindifisco Nacional) votam sobre os novos trâmites da greve "parcial" inicia-

da em 18 de junho. Aqui, a reunião será realizada, às 10h, no restaurante Picanha Mania, contando com a presença do presidente do Sindifisco-Nacional, Pedro Delarue.

A assembleia vem como resposta a medidas consideradas "truculentas e antidemocráticas" editadas recentemente pelo Executivo, como a publicação do Decreto Presidencial de nº

7.777/2012 - que permite a substituição dos servidores de forma temporária por funcionários que realizam atividades semelhantes na base estadual e municipal e da Portaria nº 260/2012 do Ministé-

rio da Fazenda, no qual "o tempo para desembaraço deve observar o tempo médio praticado no primeiro semestre deste ano".

Ao todo, os representantes locais das entidades devem votar seis indicativos, dentre os quais a paralisação fora da repartição, que resultará na greve geral das atividades. O indicativo aponta que, "apesar dos últimos atos do governo de hostilidade ao movimento, não se pode dar a ele a oportunidade de usar a paralisa-

ção fora da repartição como argumento para uma intervenção na aduana". Desta forma, a partir da aprovação desta proposta é que deve ser decidido o rumo das paralisações e as possíveis intensificações.

O vice-presidente da Delegacia Sindical no Amazonas, Marcos José Neto, comentou que o fato de o governo adiar a data de negociações às vésperas do orçamento 2013 "soa como uma imposição aos servidores".

### Governo adia negociação

Prevista para ontem, proposta de reajuste só será discutida dia 13. Até agora, 29 setores mantêm greve

**LUANA GOMES**

luana.gomes@acritica.com.br

“Tirano”. “Arbitrário”. Em meio a negociações salariais, estas têm sido as duas palavras mais utilizadas pelas entidades federais em greve para caracterizar a postura do Governo Federal, que adiou a data prevista de discussão das negociações que seria ontem para a semana do dia

13 a 17 de agosto. A data antecede o último prazo para a entrega do Projeto de Lei (PL) que define o orçamento de 2013, a ser realizado no último dia de agosto.

Além dos professores federais e auditores fiscais da Receita, pelo menos 29 setores do funcionalismo público deflagraram greve, conforme a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef).

Veja situação do funcionalismo público:	
<b>Greve dos Servidores Federais</b>	<b>Greve "parcial" dos Auditores Fiscais</b>
Duração: 29 dias	Duração: 44 dias
Participantes: em torno de 1,50 mil	Participantes: em torno de 150
<b>Algumas reivindicações:</b> Definição da data-base em 1º de maio; política salarial permanente com reposição inflacionária; valorização do salário base e incorporação das gratificações; reajuste dos benefícios (auxílio-alimentação, diárias e contrapartida do plano de saúde).	<b>Algumas reivindicações:</b> Reposição de perdas salariais desde 2008; na ordem de 30,13%; recomposição do quadro de pessoal; porte de arma; adicional de fronteira em regiões isoladas; melhores condições de trabalho.

Ontem, acompanhando o movimento nacional, com a campanha “Chega de enrolação, negocia Dilma!”, pelo menos 200 servidores federais de diversas categorias unificaram suas demandas e participaram de uma passeata que teve início em frente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam), localizado na avenida Sete de Setembro, no Centro. No País, a greve já ultrapassa mais de 40 dias para diversos setores.

**FISCAIS DA AGRICULTURA**

Outras categorias se preparam para entrar na briga, como os agentes fiscais agropecuários. De acordo com o presidente da

Associação dos Fiscais Agropecuários do Amazonas, Rodrigo Vieira Leite, os 30 fiscais do Ministério da Agricultura realizam hoje uma paralisação de advertência das atividades. Com a paralisação, ele abordou que as vigilâncias agropecuárias no trânsito aduaneiro ficarão comprometidas, como a fiscalização de bebidas para o comércio, incluindo a de polpa de frutas. Além disso, qualquer outro produto que precise de certificação, como em frigoríficos e abatedouros, ficará a mercê, sem a autorização do órgão ministerial.

Atualmente, em torno de 1,5 mil servidores federais aderiram ao movimento no Amazonas.



## Amazonas Rural (II)

O Amazonas Rural, lançado pelo Governo Estadual na quarta-feira da semana passada, fundamenta-se num conjunto de projetos de lei a serem submetidos à consideração e deliberação da Assembleia Legislativa do Estado (ALE). Integram-no: a) Lei Geral da Produção Rural, exigência da Constituição Estadual há 22 anos não cumprida; b) Lei do Pró Insumo, que visa à modernização tecnológica do processo produtivo, de imediato limitado a subsídio de 2% (correspondente aos juros) no financiamento de tratores; c) Lei que cria a Agência de Defesa Sanitária (Adaf), condição para obtenção do status de Área Livre de Febre Aftosa; d) Regularização Fundiária, a cargo do Iteam; e

a nova Lei de Licenciamento Ambiental, já aprovada. O programa prevê, em quatro anos, "investimentos de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 100 milhões oriundos do Orçamento Público e R\$ 200 milhões do Ministério das Cidades e do Fundo da Amazônia. O maior volume, R\$ 700 milhões (70% do total), deverá ser suprido, por meios ainda indefinidos, pela iniciativa privada. Está previsto ainda um pacote de R\$ 600 milhões em obras de infraestrutura no interior, incluindo construção de estradas e vicinais, portos e melhoria da infraestrutura das cidades". Preconiza, em essência, "tornar o Amazonas autossuficiente em alimentos e produtos agro florestais, dinamizar a economia dos

municípios, gerando riqueza e oportunidades de emprego através da consolidação de culturas tradicionais, como peixe, fibras, borracha, frutas regionais, manejo madeireiro e a pecuária". Segundo dados do IBGE, Censo 2010, que fundamentaram o documento base do programa, a população do Estado é de 3,483 milhões de habitantes distribuída 79% na zona urbana e 21% no meio rural. Por isso, avalia o diagnóstico da Sepror, "o setor primário é o que mais gera ocupação laboral no Amazonas: ocupa 20,8% dos trabalhadores da população economicamente ativa, gerando 275.254 postos de trabalho, contra 206.440 do setor de serviços e 146.890 da indústria de transformação". Ainda de acordo com dados do

IBGE ali citados, de um total desmatado de 3,557 milhões de hectares, correspondente a 2,2% da área total (Inpe/Prodes), descontada a área ocupada pela agropecuária de 1,717 milhão de hectares (1,21% do total), o Estado dispõe de 1,839 milhão de hectares que atualmente não são utilizados em atividades produtivas, e que podem ser ocupados de imediato. Por isso, afiança o secretário Eron Bezerra, "é possível dobrar a produção de alimentos do Amazonas sem ter que desmatar nenhuma nova área". Embora bem intencionado, o Amazonas Rural talvez haja sido lançado extemporaneamente. Em primeiro lugar, não existe de fato um programa, mas um conjunto de medidas cujos projetos de lei serão encaminhados a ALE. Daí em

diante o Executivo enfrentará longo período de discussões que podem se arrastar *ad infinitum* devido a imperativos partidários ali reinantes. Programa dessa magnitude, tendo em vista assegurar sua rápida aprovação, há que ser enviado ao legislativo no primeiro dia do novo governo, aproveitando o crédito de confiança que dispõe o governador recém-empossado. Quanto aos recursos previstos para sua execução, mesmo a Sepror agindo com extrema eficiência, provavelmente só virão a ser contemplados na Lei Orçamentária Estadual do exercício de 2013. O setor primário aposta no sucesso do programa; porém, históricas carências de recursos financeiros e humanos impostas ao sistema Sepror/Idam leva-nos a temer por seu êxito.

Osiris  
Silva

e-mail:  
osiriasilva@  
gmail.com



## Grevistas acusam governo de tentar desmobilizá-los

Propostas direcionadas apenas para docentes faz com que outras categorias em greve se revoltam. Ontem, servidores foram às ruas de Manaus para protestar

**WILLIAM GASPAR**  
Especial EM TEMPO

**S**em receber propostas do governo federal, os servidores públicos federais realizaram, na manhã de ontem, uma marcha de protesto nas ruas do Centro. Esse foi o terceiro ato unificado das categorias em greve no Estado. Cerca de 200 pessoas participaram, ontem, do manifesto, que teve o apoio dos docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

"O governo federal não apresentou nenhuma proposta de negociação com a nossa classe e desmarcou a reunião que nós tínhamos ontem. Essa manifestação é para pressioná-los", disse a integrante da diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Amazonas (Sindsep-AM).

O funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) e diretor da Associação Nacional dos Servidores da Funai (Ansef), Victor Santana, participou da manifestação e fez duras críticas à administração federal. "O governo está alheio aos problemas das classes e não demonstra a menor vontade de resolver nada. Os trabalhadores não podem se calar diante desta baderna".



SHANA REIS

Com nariz de palhaço, grevistas foram às ruas para reivindicar tomada de providências

### Tentativa de desmobilização

Segundo o professor da Ufam e membro da Associação dos Docentes da universidade (Adua), Jacob Paiva, o fato de a esfera federal apresentar apenas propostas de reajustes salariais aos docentes, representa uma tática política.

"Eles pretendem que a greve enfraqueça nacionalmente, priorizando apenas

uma negociação. Mas isso não vai acontecer", disse.

Segundo ele, hoje será apresentada uma nova proposta aos professores grevistas de todo o país, uma vez que outras duas tentativas de negociação foram reprovadas pela classe. "Nessa reunião, em Brasília, vão nos apresentar um novo plano, que vo-

teremos na sexta-feira".

A principal demanda dos servidores é a reestruturação das carreiras do setor público, visando uma política que garanta a qualidade dos serviços prestados.

A marcha saiu da sede do Ifam, na avenida Sete de Setembro, Centro, e seguiu até o largo do Mestre Chico.

### Estímulo ao crédito para 'ajudar' polo de duas rodas

**ANWAR ASSI**  
Equipe EM TEMPO

**A**o reconhecer que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi insuficiente para alavancar o polo de duas rodas do Polo Industrial de Manaus (PIM), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou, ontem, que o governo adotará novas medidas para estimular o crédito para a compra de motocicletas.

Ele avaliou que, mesmo com a mudança no tributo, houve uma retração na oferta de crédito para financiar a compra das motos, prejudicando as vendas do setor. "Os ban-

cos reduziram os créditos em financiamentos e têm receio, principalmente, no caso das motos. Estamos trabalhando no sentido de voltar a estimular o crédito para motos. Em estudo, estão medidas que vão estimular a retomada de vendas", salientou o ministro.

De acordo com dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), o setor registrou queda de 13,63% nas vendas de janeiro a junho deste ano, quando comparado com o mesmo período de 2011.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio

#### VENIDAS

**Embora com a redução do IPI, segmento de motocicletas sofre baixa nas vendas devido à restrição de crédito pelos bancos para venda do produto. Mais estímulos estão sob análise do governo**

Silva, afirmou que o governo tem de agir no sentido de adotar medidas que estimulem as vendas de motocicletas. Segundo ele, o polo de duas rodas é, hoje, um dos setores mais importantes da indústria amazonense, que, se afetado,

poderá ter um efeito desastroso para a geração de emprego e renda no Estado.

"As empresas que fabricam motocicletas ainda estão conseguindo manter o grande número de empregos. Porém, se os estímulos não vierem, as empresas vão ter que parar a produção e, conseqüentemente, poderá haver desemprego", salientou o empresário.

Para amenizar os efeitos da crise, as grandes empresas do polo de duas rodas deram férias coletivas para a maioria de seus funcionários, nos últimos 40 dias. Elas chegaram a adotar medidas drásticas como reduzir para quatro o número de dias semanais de trabalho.

#### Desoneração traz benefícios

Como parte das ações para beneficiar o setor de duas rodas, o governo federal vai desonerar a folha de pagamento do segmento de autopeças, o que deverá reduzir os custos para as empresas do polo. "Com isso, esperamos que a situação vá se reverter", declarou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

**Alcance**  
Além de autopeças,

outros dez ramos da economia passam a contar com esse benefício a partir de hoje. "A medida vai ser vantajosa para as empresas que tiverem uma grande quantidade de mão de obra em produtos de baixo valor agregado", ressaltou o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Celso Piacentini.



## Agropecuários

# PIM e setor primário sob ameaça

Os fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ameaçam realizar uma greve a partir da próxima segunda-feira. Caso os servidores acendam o "sinal verde" para o movimento, a paralisação poderá afetar a indústria de bebidas e o setor primário no Amazonas.

De acordo com a Delegacia Regional do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), os servidores fazem hoje, a partir das 9h, uma assembleia para decidir se aprovam a realização da greve da categoria. "A paralisação vai depender da proposta do governo", afirmou o representante do sindicato, Rodrigo Leite.

Segundo ele, a pauta de reivindicação possui 12

itens. Os principais são a adoção de uma remuneração na forma de subsídio, a realização de concurso público para contratar o dobro de fiscais em todo o país, que é de 4 mil (no Amazonas, são apenas 30), a aplicação da meritocracia na hora de preencher os cargos de chefia no Mapa e a criação de uma escola de capacitação para os fiscais.

### 'Preocupante'

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faeam), Muni Lourenço, classificou como preocupante a possibilidade dos fiscais federais agropecuários entrarem em greve.

Segundo ele, caso os servidores promovam a paralisação, os estabelecimentos agroindustriais

que dependem de inspeção federal serão prejudicados, uma vez que os fiscais são responsáveis pelo controle da entrada de produtos que possam trazer pragas.

"Se o serviço for suspenso, poderá deixar vulnerável o patrimônio vegetal e animal do Estado em relação às pragas que podem entrar no país, principalmente, por meio dos portos e aeroportos", enfatizou Lourenço.

Os fiscais federais do Mapa realizam a fiscalização de tudo que é relacionado com a importação e exportação de produtos agropecuários, embalagem de madeiras de todos os insumos do Polo Industrial de Manaus (PIM), matéria-prima da indústria de bebidas, importadoras de grãos, comércio de mudas e fertilizantes, laticínios,

frigoríficos, abatedouros, insumos pecuários e medicamentos veterinários, entre outros produtos.

### Polo afetado

O setor de bebidas poderá ter a produção afetada com uma greve dos fiscais federais agropecuários do Amazonas. Isso porque os servidores são encarregados de fiscalizar toda a produção e a matéria-prima destinada à indústria de bebidas. "Se os insumos não forem liberados, a produção poderá ser prejudicada. O governo deve achar uma solução para atender a demanda dos fiscais e, ao mesmo tempo, tomar medidas para evitar que o setor seja prejudicado", destacou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva. **(AA)**

## Senado e Câmara divulgam salários de servidores, mas sem nomes

Justiça Federal de Brasília concede liminares a pedido do sindicato dos servidores do Legislativo

TEXTO Agência Estado  
FOTO Fabio Rodrigues  
Pozzetti/ABr/18/07/12

BRASÍLIA

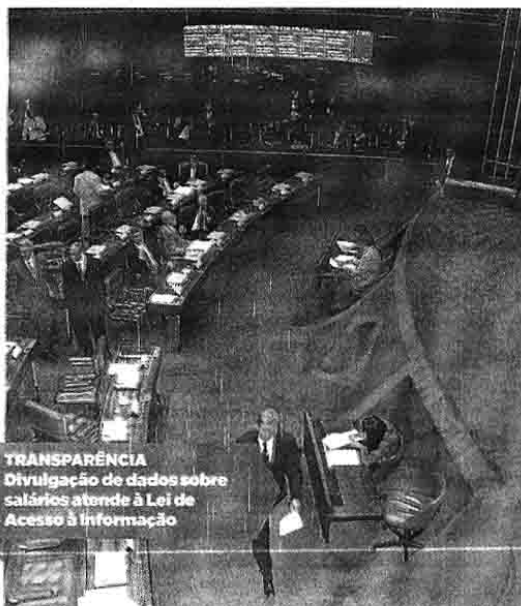
**A** Câmara dos Deputados e o Senado Federal divulgaram ontem os salários dos servidores nos sites das duas Casas Legislativas sem, no entanto, revelar os nomes dos funcionários. A iniciativa foi motivada após liminares concedidas na noite de segunda-feira (30) pela Justiça Federal de Brasília que, a pedido do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União (Sin-dilegis), proibiram a divulgação nominal dos vencimentos dos servidores.

As duas Casas haviam estabelecido o dia de ontem como prazo para revelarem esses dados, em cumprimento à Lei de

Acesso à Informação. Técnicos da Câmara e do Senado trabalham para adequar a listagem às determinações judiciais. Os juizes federais impediram a apresentação nominal dos servidores com os respectivos salários, mas deixaram aberto a possibilidade de divulgação de outras formas, como o uso de matrícula, cargo ou função.

Há anos os salários dos servidores da Câmara e do Senado são alvos de polêmicas. No ano passado, o site Congresso em Foco revelou que, em 2009, 464 servidores do Senado receberam, de acordo com uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), salários acima do teto do funcionalismo, o equivalente a um salário do ministro do Supremo Tribunal Federal. Hoje, o teto é de R\$ 26,7 mil.

Ao conceder a liminar, o juiz federal Flávio Marcelo Sérgio Borges alegou que o co-



**TRANSPARÊNCIA**  
Divulgação de dados sobre salários atende à Lei de Acesso à Informação

Tanto **Senado quanto Câmara**, haviam estabelecido o dia de ontem como prazo para a divulgação

nhecimento de quanto o Senado paga aos seus servidores é de interesse público, mas a exposição dos nomes dos servidores os constringe a ter "inclusive na rede mundial de computadores, seus nomes ligados a uma cifra".

Borges entendeu haver um excesso na decisão de divulgar os salários que contraria, inclusive, o princípio constitucional da proporcionalidade segundo o qual prefere-se adotar formas menos invasivas possíveis para fazer cumprir uma lei. No caso em questão, o Senado e a Câmara estariam divulgando os salários para cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). "É de recursos públicos que se trata, sem porém invadir desnecessariamente a esfera privada de quem os titulariza", sentenciou o juiz. "A informação não pode traduzir devassa irrefletida", completou.



## Ministério Público do Trabalho tem 130 procedimentos contra sindicatos

TEXTO Henrique Saunier  
FOTO Sandro Pereira

MANAUS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) possui atualmente cerca de 130 procedimentos contra sindicatos no Amazonas, além de aproximadamente 30 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) em acompanhamento referente a essas entidades. As causas mais comuns das investigações vão desde irregularidades na administração de patrimônio do sindicato até a redução de benefícios ao trabalhador durante as negociações das convenções coletivas.

Dados do MPT apontam que o Estado contabiliza hoje 190 entidades e, segundo a procuradora do Trabalho e responsável pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), Alzira Melo Costa, alguns diretores sindicais acabam incorporando aquele patrimônio da entidade como se fosse deles. Outro erro comum, conforme Alzira, é a cobrança indevida de contribuição associativa.

"O que a gente nota é um comodismo das entidades sindicais na luta pelos direitos trabalhistas. Constatamos diuturnamente entidades com objetivos fraudulentos, fazendo negociações coletivas que diminuem os direitos dos trabalhadores. Eu não posso generalizar, mas hoje a maioria das entidades não tem uma legitimidade, porque eu posso montar um sindicato e receber a contribuição obrigatória independente de lutar pela categoria ou não", declarou.

A procuradora afirma ainda que muitos sindicatos são fundados com o objetivo único de arrecadação e ela defende a possibilidade de criação de mais de uma entidade por categoria. "Se tivéssemos a criação de vários sindicatos por categoria, só iria sobreviver aquele forte, que luta pelos di-



Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil **está entre as entidades sindicais que mais arrecadaram contribuição**, aproximadamente R\$1 milhão em 2011

reitos. O sindicato de fachada, para receber contribuição não ia sobreviver", justificou. Estima-se que, no ano passado, os sindicatos tenham arrecadado R\$ 28 milhões em contribuição sindical.

Ela revela também a existência de sindicatos que não realizaram qualquer negociação de convenção coletiva ou prestaram assessoria jurídica aos seus associados.

Alzira critica ainda a utilização dos sindicatos como palanque político, prática comum em categorias com grande número de assistidos, como a de rodoviários. "Misturar a entidade sindical com a política, de qualquer maneira, é um uso indevido da associação. Para o dirigente, é muito cômodo, com o orçamento que é dado para garantir os direitos dos trabalhadores, se aliar para se lançar como político. Não me agrada uma categoria na qual os trabalhadores são vulneráveis, alguém fazer 'politicagem' usando as funções do sindicato, mas hoje é comum", apontou.

### FRASE



**Alzira Melo Costa.**  
Procuradora do Trabalho

Para o dirigente, é muito cômodo, com o orçamento que é dado para garantir os direitos dos trabalhadores, se aliar para se lançar como político"

### OS NÚMEROS

**R\$ 28 mi**

Essa é a estimativa de arrecadação das entidades sindicais no Estado do Amazonas, segundo dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

### EM AGOSTO

*Seminário do MPT pretende capacitar sindicatos*

Todas essas questões e outras pertinentes ao segmento serão abordadas na primeira "Semana Sindical 2012, o primeiro do tipo realizado pelo MPT em nível nacional e que acontece de 6 a 10 de agosto. Serão ministrados seminários, palestras e, no último dia, uma audiência pública com a participação da sociedade. "O MPT no Amazonas constatou que temos várias questões envolvendo litígios sindicais que uma atuação repressiva não resolve. Então pensamos em fazer uma ação preventiva, pois muitas vezes isso pode ser um desperdício por falta de conhecimento", explicou a procuradora. Segundo Alzira, buscar a capacitação dos dirigentes sindicais é essencial, pois hoje muitas entidades sofrem do "ranço do corporativismo". "Temos uma proliferação de sindicatos que não são atuantes. A

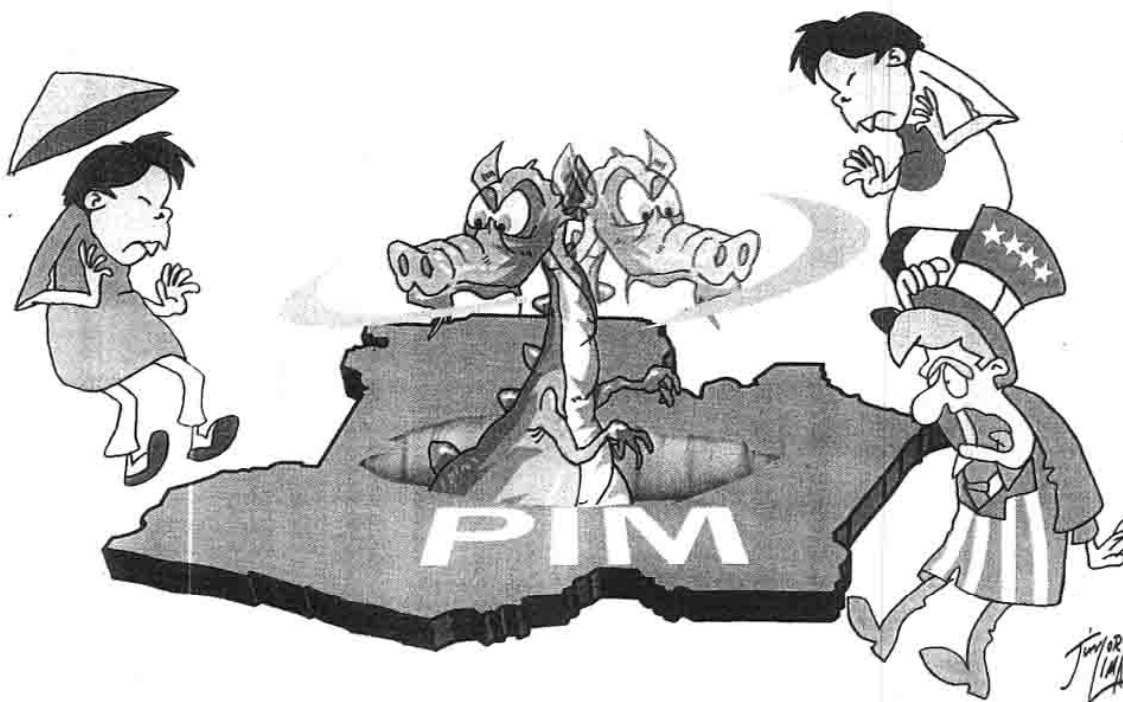
gente nota que o pensamento é 'eu já tenho uma receita fixa (contribuição sindical) então porque eu vou ficar correndo atrás de muita coisa?', explicou.

A procuradora disse ser essencial o debate da sociedade sobre o assunto e que o trabalhador se dê conta da importância de participar da gestão do sindicato e fiscalizar. "O trabalhador precisa ter a consciência da importância de verificar se aquele presidente eleito está cumprindo o prometido, se a associação está realmente dando os benefícios da categoria. O associado não precisa ser diretor para cobrar transparência", completou Alzira. O evento acontece no auditório da sede do Ministério Público do Estado (MP-AM), localizado na Avenida Coronel Teixeira, bairro Nova Esperança. A inscrição gratuita é feita pelo endereço [www.pr11.mpt.gov.br](http://www.pr11.mpt.gov.br).



## Crise do consumo fez Estado receber menos estrangeiros para o PIM

▼ Instabilidade econômica levou indústrias americanas e asiáticas a reduzirem mão de obra estrangeira



ATÍPICO

### Vistos para Haitianos foram recorde

Impulsionado pela vinda dos haitianos para Manaus, o número de autorizações de trabalho para estrangeiros no Amazonas já é 13,5% maior que as permissões concedidas em todo o ano de 2011.

No primeiro trimestre de 2012, foram emitidos 1.264 vistos de trabalho, contra 1.251 entre janeiro e dezembro do ano passado, segundo os últimos dados do MTE. O aumento elevou o Amazonas do 5º para o 3º lugar no ranking dos Estados brasileiros que mais emitem autorização de trabalho para pessoas que vem de outros países.

Dos 1.264 vistos de trabalho no primeiro trimestre do ano, 85,6% foram justamente para os haitianos que vieram se refugiar no Brasil após o terremoto que assolou o Haiti em janeiro de 2010. O número saiu de 438 em todo o ano passado para 1082 em apenas três meses em 2012.

Na avaliação do superintendente regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE/AM), Dermilson Chagas, a presença haitiana já foi bem mais intensa, mas reduziu em função de muitos terem viajado para São Paulo.

"Alguns trabalharam dois, três meses para conseguir dinheiro e ir para São Paulo, que era o objetivo deles. Manaus foi uma passagem", explica.

Segundo Elaine Jinkings, a maioria dos haitianos que ficou em Manaus se empregou na construção civil ou nos serviços alimentícios. Ela considera que a imigração está estabilizada com a cota estabelecida pelo Governo Federal e que a presença desses estrangeiros no Estado hoje é pequena.

TEXTO Lais Motta  
ILUSTRAÇÃO Junigr Lima

MANAUS

O número de vistos de trabalho concedidos para japoneses, coreanos, norte-americanos e chineses no primeiro trimestre do ano desacelerou. De janeiro a março, 104 pessoas desses países receberam o visto, enquanto em 2011 o número foi de 433. A redução do volume de investimentos e da implantação de novas tecnologias no Polo Industrial de Manaus (PIM) é apontada como fator principal para o 'freio' na concessão de autorizações.

A maior parte desses profissionais vem ao Estado para assumir funções de direção em empresas da indústria. Os dados do

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam que as autorizações para administradores, diretores, gerentes e executivos com poder de gestão caíram de 23 em 2011 para 11 em 2012. O número em 2009 foi de 61.

Na avaliação da presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos no Amazonas (ABRH-AM), Elaine Jinkings, esses profissionais estrangeiros vem para o Estado para atuar em processos de transferência e implantação de novas tecnologias e produtos que, nesse ano, não foram tão volumosos como em 2011. "Diferente de 2011 que tivemos um crescimento grande da economia, agora estamos vivendo uma recessão velada. Por isso os investimentos não foram os mesmos", disse.

Os dados do MTE mostram que, em 2012, 222 ja-

### OS NÚMEROS

84 autorizações de trabalho foram concedidas a japoneses entre janeiro e março de 2012, segundo o MTE.

8 autorizações de trabalho foram concedidas no primeiro trimestre deste ano pelo MTE.

poneses receberam visto de trabalho para atuar no Estado. No primeiro trimestre do ano, a quantidade caiu para 7. Os coreanos que somavam 97 vistos no ano passado, nesse ano representaram apenas 7. Já os americanos e chineses que juntos

receberam 114 vistos em 2011, em 2012, 13 foram beneficiados.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, reforça que a vinda desses profissionais é temporal e impulsionada pelos novos investimentos. "Quando existe um novo investimento, novo produto, é comum as grandes empresas enviarem pessoas para chefiar esse processo", explicou.

Para Périco, a redução de autorizações de trabalho está ligada ao corte de gastos, comum no mercado. "É uma questão global de custo. Esses expatriados custam muito caro para as empresas. Elas buscam, até por uma questão de competitividade, reduzir os gastos, diminuindo o envio desses profissionais", disse.

## Rápidas

### **Desempenho da indústria em junho indica ligeira melhora**

O diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Francini, avaliou que o desempenho da indústria no mês de junho foi positivo e indica uma ligeira melhora.

Para ele, com os resultados alcançados é normal que a indústria espere que haja uma recuperação. “De qualquer maneira, essa situação de recuperação está muito frágil, mas pode ser um sinal de uma mudança no segundo semestre”.